



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

HABEAS CORPUS Nº: 0305492-4

AÇÃO ORIGINÁRIA N.º 0000304-42.2001.8.17.1480

COMARCA : Timbaúba – 1ª Vara
IMPETRANTE : José Inaldo Gonçalves Cavalcante Júnior
PACIENTE : Runeberg Ventura de Almeida
PROCURADOR : Dr. Antonio Carlos de Oliveira Cavalcanti
RELATOR Substituto : Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida

EMENTA:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PROLAÇÃO DE SENTENÇA DE PRONÚNCIA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO SUPERADA. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 21/STJ. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I – Com a pronúncia do acusado, resta superada a alegação de coação ilegal em face de eventual ultrapassagem dos prazos legais para o encerramento da instrução criminal, consoante entendimento sedimentado na Súmula 21, do STJ, mormente considerando que ocorreu o trânsito em julgado do recurso de Desaforamento de Julgamento.

II – A autoridade apontada como coatora, enfatizando que o processo teve sua tramitação na 2ª Vara da Comarca de Timbaúba, sendo distribuído para a 1ª Vara em 18.12.2012, sendo prontamente finalizado e remetido a este Sodalício para julgamento de pedido de Desaforamento (DF nº 0299047-0 – com trânsito em julgado no dia 05.09.2013), elucida a razão de certa mora para julgamento do acusado em sessão plenária do Júri.

III - Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº 305492-4, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este acórdão.

Recife, 8 de Setembro de 2013.

Presidente

Paulo Victor Vasconcelos de Almeida
Juiz Convocado/Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

HABEAS CORPUS Nº: 0305492-4

AÇÃO ORIGINÁRIA N.º 0000304-42.2001.8.17.1480

COMARCA : Timbaúba – 1ª Vara
IMPETRANTE : José Inaldo Gonçalves Cavalcante Júnior
PACIENTE : Runeberg Ventura de Almeida
PROCURADOR : Dr. Antonio Carlos de Oliveira Cavalcanti
RELATOR Substituto : Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida

RELATÓRIO

O Bel. José Inaldo Gonçalves Cavalcante Júnior impetrou ordem de *Habeas Corpus* liberatório, com pretensão liminar, em favor de **RUNEBERG VENTURA DE ALMEIDA**, qualificado na atial (fls.02), alegando que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal em face de excesso de prazo verificado para o término da instrução criminal nos autos do processo-crime nº 0000304-42.2001.8.17.1480 a que responde perante o Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Timbaúba/PE, por infração ao art. 121, § 2º, inciso IV, e art. 288, c/c o art. 29, do CP.

Em suas razões de impetração, alega que o paciente está preso há quase 10 anos sem que tenha sido julgado pelo Tribunal do Júri Popular.

Alega, ainda, que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, inclusive por ter sido pronunciado há 03 anos, sem que tivesse ocorrido recurso da defesa ou da acusação, ou seja, nada impossibilitou ou dificultou a realização da sessão plenária do Tribunal do Júri por parte da defesa.

A inicial veio acompanhada dos documentos de fls. 09/335.

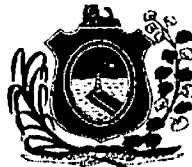
Às fls. 344/345, indeferi o provimento liminar vindicado na proemial mandamental, solicitando informações à autoridade coatora, que as prestou às fls. 369/371, juntando os documentos de fls. 372/387.

Instada a se manifestar, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. Antonio Carlos de Oliveira Cavalcanti, ofereceu parecer às fls. 391/395, opinando pela concessão da ordem.

Está feito o relatório.

Recife, 25 de setembro de 2013.

Paulo Victor Vasconcelos de Almeida
Juiz Convocado/Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

HABEAS CORPUS Nº: 0305492-4

AÇÃO ORIGINÁRIA N.º 0000304-42.2001.8.17.1480

COMARCA : Timbaúba – 1ª Vara
IMPETRANTE : José Inaldo Gonçalves Cavalcante Júnior
PACIENTE : Runeberg Ventura de Almeida
PROCURADOR : Dr. Antonio Carlos de Oliveira Cavalcanti
RELATOR Substituto : Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida

VOTO

Trata-se de ordem de *habeas corpus* liberatório onde o impetrante alega que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal em face de excesso de prazo verificado para o término da instrução criminal nos autos do processo-crime nº 0000304-42.2001.8.17.1480 a que responde perante o Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Timbaúba/PE, por infração ao art. 121, § 2º, inciso IV, e art. 288, c/c o art. 29, do CP.

Notícia, o MM. Juiz processante (fls. 369/370), que houve a prolação de decisão de pronúncia em data de 05.08.2010 nos autos do supramencionado processo-crime. Assevera, ainda, que o processo teve sua tramitação na 2ª Vara da Comarca de Timbaúba, sendo distribuído para a 1ª Vara (privativa dos processos com competência do Tribunal do Júri) em 18.12.2012, sendo prontamente finalizado e remetido a este Sodalício para julgamento de pedido de Desaforamento (DF nº 0299047-0) requerido pelo Ministério Público de 1ª Instância.

Primeiramente, não se há falar em excesso de prazo para o término da instrução criminal, uma vez que já encerrada com a prolação de sentença de pronúncia, o que faz incidir, na espécie, o verbete sumular, a saber:

"Súmula 21/STJ - Pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo".

A propósito, é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça trazido à colação no parecer, *verbis*:

HABEAS CORPUS. CRIME CONTRA A VIDA. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PLEITO PELA REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. REQUISITOS AUTORIZADORES PRESENTES. DECISÃO FUNDAMENTADA. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. INOCORRÊNCIA. PRECEDENTES.

1. O fato de estar inserido no rol dos delitos hediondos ou equiparados não basta para a imposição da construção cautelar, por ser necessária a



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

existência de circunstâncias a demonstrar a adoção desta medida excepcional.

2. As Turmas componentes da Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça já cristalizaram o entendimento de inexistir constrangimento ilegal quando a prisão, suficientemente fundamentada, retratar a necessidade da medida para a garantia da ordem pública e aplicação da lei penal.

3. No caso concreto, a prisão da paciente encontrava-se fundamentada na sua periculosidade, caracterizada pelo modus operandi do delito.

4. O Superior Tribunal de Justiça, em orientação uníssona, entende que persistindo os requisitos autorizadores da medida cautelar (art.

312 CPP), despidendo o paciente possuir condições pessoais favoráveis.

5. Pronunciado o réu, fica superada a alegação de constrangimento ilegal da prisão, por excesso de prazo na instrução (Súmula n.º 21/STJ), quando a eventual demora na realização da sessão de julgamento do Tribunal do Júri, se encontra justificada pela razoabilidade, diante da complexidade das circunstâncias dos procedimentos.

6. Habeas corpus não conhecido, com a recomendação que o Juízo processante implemente celeridade na ação penal em curso.

(HC 239927/MG, Rel. Ministro CAMPOS MARQUES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PR), QUINTA TURMA, julgado em 16/10/2012, DJe 19/10/2012)

Note-se, ainda, que em consulta ao sistema informatizado deste Tribunal – JudWin, foi interposto, perante este Sodalício, Desaforamento de Julgamento, autuado sob o nº 0299047-0, o qual, em sessão realizada no dia 17.07.2013 (ocorrendo o trânsito em julgado no dia 05.09.2013), à unanimidade de votos, foi deferido o pedido, sendo deslocado o julgamento do réu do distrito da culpa para qualquer dos Tribunais do Júri da Comarca da Capital.

Bem de ver, portanto, que a autoridade apontada como coatora, enfatizando que o processo teve sua tramitação na 2ª Vara da Comarca de Timbaúba, sendo distribuído para a 1ª Vara em 18.12.2012, sendo prontamente finalizado e remetido a este Sodalício para julgamento de pedido de Desaforamento (DF nº 0299047-0 – com trânsito em julgado no dia 05.09.2013), elucida a razão de certa mora para julgamento do acusado em sessão plenária do Júri.

Assim, ante as peculiaridades demonstradas pela juíza processante, tem-se que o processo principal tramita nos limites da razoabilidade.

Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça já decidiu:

“HC - DIREITO PROCESSUAL PENAL - PROCESSO - EXCESSO DE PRAZO.

O Direito, como fato cultural, é fenômeno histórico. As normas jurídicas devem ser interpretadas consoante o significado dos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

acontecimentos, que, por sua vez, constituem a causa da relação jurídica. O Código de Processo Penal data do início da década de 40. O país mudou sensivelmente. A complexidade da conclusão dos inquéritos policiais e a dificuldade da instrução criminal são cada vez maiores. O prazo de conclusão não pode resultar de mera soma aritmética. Faz-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo. O discurso judicial não é simples raciocínio de lógica formal". (HC nº 8.752/RS).

Ante o exposto, voto pela denegação da ordem.

Recife, 29 de setembro de 2013.

Paulo Victor Vasconcelos de Almeida
Juiz Convocado/Relator Substituto

22.11.11
02/10/2013